

A história como indagação, a industrialização como objeto e a arquitetura brasileira como caso.

Ana Paula KOURY *

*Doutora em história da arquitetura (FAU-USP, 2005) e professora do programa de pós graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade São Judas Tadeu

Rua Itacema, 239 ap. 81b cep 04530-050 itaim bibi, São Paulo, SP
E-mail apkoury@gmail.com

Resumo

Enquanto as nações desenvolvidas (Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos) disputaram entre si a posição de precursoras da nova era industrial, e conseqüentemente da Arquitetura Moderna (universal), a arquitetura moderna entre nós nasceu “no Brasil” sendo, portanto “nacional”. Posteriormente transformou-se em “brasileira”. O objetivo deste trabalho é partindo da análise do método histórico de Caio Prado Júnior em Formação do Brasil Contemporâneo (1942) realizada por Fernando Novais (2000, 2005), indagar sobre a relação desta aparente contradição, entre os valores universais da arquitetura moderna e aqueles nacionais do caso “brasileiro”, com o desenvolvimento da sociedade industrial que a engendra. É possível relacionar o movimento moderno internacional e a arquitetura moderna brasileira como partes integrantes da mesma história do desenvolvimento da sociedade industrial? O primeiro com o seu reconhecido empenho de standatização da produção habitacional e da tipificação dos problemas urbanos para o planejamento racional da cidade moderna e a segunda caracterizada pelo “olhar estrangeiro” como produto da genialidade autoral, do desprezo pelo planejamento produtivo e pela distribuição social da arquitetura?

Palavras-Chave: historiografia da arquitetura, arquitetura moderna brasileira, industrialização e planejamento da arquitetura.

Abstract

While the developed nations (England, France, Germany and United States) competed among themselves to be pioneers of the Industrial age, and consequently of modern architecture (in universal terms), the modern architecture among us was born “in Brazil” and so “national” and after turned a “Brazilian” architecture. The focus of this work is to ask about this apparent contradiction between universal values of modern architecture and national values in the case of Brazilian architecture. The inquiry will be based on the analysis about the historical method at Caio Prado Jr’s book: Formation of Contemporary Brazil made by Fernando Novais (2000; 2005). It’s possible to relate the international modern movement and the Brazilian Modern Architecture like parts of the same history of industrial society development? The first one with your recognized effort by standartization of the social housing and to knowledge about the urban development and the second one that was characterized by the genius author's and by the insouciance with planning and with the social distributing of the architecture?

Keywords: historiography of architecture, Brazilian modern architecture, planning and industrialization of architecture.

1. Introdução

Enquanto as nações desenvolvidas (Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos) disputaram entre si a posição de precursoras da nova era industrial, e conseqüentemente da Arquitetura Moderna (universal), a arquitetura moderna entre nós nasceu “no Brasil” sendo, portanto “nacional”. Posteriormente transformou-se em “brasileira”, e se há uma arquitetura moderna “brasileira” há também as suas vertentes locais, a Escola Carioca, a Escola Paulista, a Escola do Recife, e tantas outras sendo tratadas pela nossa recente revisão historiográfica.

A construção inédita na história da arquitetura moderna da “vocação nacional” da arquitetura moderna no Brasil foi realizada não apenas pela historiografia pioneira ou pelo discurso de seus protagonistas, que incorporaram o passado colonial na origem da construção moderna. A apropriação cultural do passado colonial (português) como precursor legítimo da modernização nacional “brasileira” realizou, no campo simbólico, a inversão do “destino histórico” do atraso e da exploração colonial. Representou um possível ingresso na modernização, tardio, porém autônomo e original. Uma peculiaridade na sua formação histórica cujas características superariam tanto as determinações do subdesenvolvimento quanto as mazelas da modernização “universal”¹. A operação pode ser destacada na obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933) e nas sucessivas valorizações culturais do “povo brasileiro”, da “cidade brasileira” (colonial) e da sua arquitetura.

A herança ibérica, como elemento distintivo da modernização nacional brasileira foi a linha de atuação principal de Lúcio Costa e Gilberto Freyre no Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O primeiro número da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, de 1937, traz dois textos consecutivos dos autores, cujo teor demonstra a afinidade de posição dos autores no resgate da “boa tradição” portuguesa², ou seja, a valorização da herança ibérica e de seu significado simbólico-a valorização da história cultural brasileira- no projeto político de modernização dos anos trinta.. O texto de Costa “Documentação necessária” (pp.31 a 39) propõem recuperar a sabedoria dos mestres-de-obras portugueses ressaltando que souberam desenvolver o programa das casas no Brasil, ampliando os espaços abertos e os posicionando corretamente para adaptarem-se ao clima quente do país.

“Cabe-nos agora recuperar todo esse tempo perdido, estendendo a mão ao mestre de obras sempre tão achincalhado, ao velho “portuga” de 1910, porque – digam o que quiserem- foi ele quem guardou, sozinho a boa tradição.” (COSTA, 1936 pp.39)

¹ Sobre o tema do Iberismo como “razão política” de uma modernização autônoma ver Nogueira (2000).

² Sobre o tema da “boa tradição” ver RUBINO, Silvana Gilberto Freyre e Lúcio Costa ou a boa tradição. O patrimônio intelectual do SPHAN IN GUERRA, op cit. 2010 pp. 299 a 315.

O texto de Freyre encaminha o estudo da arte brasileira na mesma direção de Costa, e enfatiza a necessidade de cooperação mútua para o estudo de uma realidade de interação cultural que ocorreu com a expansão colonial portuguesa e que deve ser compreendida como a manifestação de uma nova “unidade” cultural “lusó-afro-brasileira”.

“Creio que em nenhum gênero de estudos se impõe com maior insistência a cooperação de brasileiros com portugueses e luso-descendentes de outras terras do que neste: o estudo de problemas de arte culta e popular comuns aos nossos países.”(pp.41).

“Essa cooperação se impõe com tanta força que contra ela não prevalecerão os restos de brasilofobia em Portugal nem de lusofobia no Brasil. Os homens das gerações mais novas, aqui como lá, sentem que ao lado das pátrias políticas, existe uma realidade inegável: a unidade cultural luso-brasileira ou luso-afro-brasileira, a que pertencemos todos os portugueses e filhos de países colonizados pela gente de Portugal. Essa realidade cultural se apresenta com problemas que exigem para o seu esclarecimento e para a sua interpretação, a mais inteligente e constante das cooperações em vez de esforços soltos e prejudicados por patriotismos rasteiros.” (FREYRE, 1937, pp.44)

A historiografia da arquitetura moderna brasileira, desde as interpretações que difundiram a novidade da produção nacional no exterior até aquelas mais recentes que evidenciaram as características regionais que o modelo nacional adquiriu nos vários contextos culturais brasileiros, expressam o desenvolvimento e o significado que as questões identitárias assumem ao longo do século XX. A apropriação do passado colonial como elemento original da identidade de uma nação que se desejava moderna e industrial e, portanto, aderiu ao “estilo internacional” de modo peculiar de certo modo facilitou o momento seguinte, caracterizado pela crítica generalizada internacionalmente e formalizada no segundo pós-guerra ao modelo universal. Esta foi a porta de entrada deixada pelas primeiras interpretações do movimento moderno no Brasil para o aprofundamento das leituras regionais que se difundiram principalmente a partir dos anos de 1980.

A transformação interpretativa na qual a identidade nacional (brasilidade) deixa de ser evidenciada como parte de um projeto político “totalizador” do país para um momento seguinte no qual passa a revelar outras identidades culturais e produtivas, não pode ser analisada sem considerar a diferença radical entre os contextos históricos em que estas interpretações foram formuladas, e a transformação da agenda política nacional. Em um primeiro momento, até 1960, voltada para a afirmação da autonomia do país frente às antigas potências coloniais européias e, posteriormente, até os anos oitenta, voltada para a luta interna pela redemocratização, que colocou em pauta a necessidade de um novo pacto social e nacional.

O objetivo deste trabalho é partindo da análise do método histórico de Caio Prado Júnior em Formação do Brasil Contemporâneo (1942) realizada por Fernando Novais (2000, 2005), indagar sobre a relação desta aparente contradição, entre os valores universais da arquitetura moderna e aqueles nacionais do caso “brasileiro”, com o desenvolvimento da sociedade industrial que a engendra. É possível relacionar o

movimento moderno internacional e a arquitetura moderna brasileira como partes integrantes da mesma história do desenvolvimento da sociedade industrial? O primeiro como o seu reconhecido empenho de padronização da produção habitacional e da tipificação dos problemas urbanos para o planejamento racional da cidade moderna e a segunda caracterizada pela construção ideológica do “olhar estrangeiro” como sendo o produto da genialidade autoral, do desprezo pelo planejamento produtivo e pela distribuição social da arquitetura?

As primeiras histórias da arquitetura moderna foram organizadas à partir dos anos 30 nos países industrializados. A premissa em que se basearam, de que o processo de produção industrial de bens seria uma evolução social inexorável de todas as economias rumo ao desenvolvimento não parecia ser, para seus autores, uma cláusula condicional. O modelo a ser seguido da racionalidade do planejamento produtivo e do projeto da produção, do objeto à cidade, seria parte de um “espírito de época moderno” e não do desenvolvimento de condições históricas específicas fundadas na base da exploração do Sistema Colonial. O inverso também parece funcionar, o passado colonial é, por sua vez, incorporado como “originalidade” de um projeto nacional autônomo, mas que não poderia seguir os passos históricos da industrialização relacionados com a dinâmica de classes das sociedades centrais que ocuparam o papel metropolitano.

A proposta deste trabalho é indagar a relação entre a interpretação ideológica da arquitetura moderna no Brasil identificada por Martins (1987) e o pressuposto de que a industrialização é um destino natural e inexorável da sociedade moderna que caracteriza a historiografia engajada na diferenciação de um “movimento moderno internacional”. Conduzida pela interpretação do método histórico em Caio Prado Júnior, apresentada por Novais (2000, 2005) o trabalho pretende relacionar a “parte brasileira” com o todo “internacional” buscado compreender o problema da industrialização e distribuição social da arquitetura no Brasil.

A construção de uma história da arquitetura no Brasil na qual predomina a supressão dos projetos de desenvolvimento nacional e do compromisso social e político presente na atuação dos protagonistas do movimento moderno foi explicitada por Martins (1987), que também ressalta, em artigo posterior (MARTINS, 1999 in GUERRA, 2010) a divulgação de novas pesquisas que, sob vários aspectos, revelam as disputas pela aplicação dos princípios da arquitetura moderna nas instituições administrativas do Estado responsáveis pela formulação de políticas públicas³. A contribuição de Martins está em relacionar, ainda que em forma de ausências, a história da arquitetura moderna brasileira e o projeto de desenvolvimento nacional que vigorou a partir de 1930.

³ Como, por exemplo, é o caso daquelas voltadas à provisão habitacional dos trabalhadores urbanos. (BONDUKI, 1998) ou à provisão da rede escolar em São Paulo no âmbito do Convênio Escolar (MARTINS, 1998; BUFFA e PINTO, 2002).

Traçando assim a linha mestra de um processo histórico que distanciou-se de interpretações particularista nas quais os incidentes secundários adquirem o estatuto de “trajetórias injustiçadas” pelo simples fato de estarem ocultos. A análise de Martins subverte a interpretação estrangeira colocando em outro patamar a complexa relação entre arquitetura moderna e estado nacional no Brasil.

2. A história como indagação

“Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada no caso. É somente aí que ele encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la a parte.” (Caio Prado Junior, Formação do Brasil Contemporâneo, 1942, p. 19)

A indagação conduzida por Caio Prado Junior (1907-1990) em Formação do Brasil Contemporâneo (1942) sobre “o sentido da colonização” obedece a uma rigorosa abordagem metodológica a partir da qual o autor pretende reconstituir o nexos dos acontecimentos situados na passagem do século XVIII para o XIX do período colonial que desenham o “Brasil Contemporâneo”. O método consiste na diferenciação dos acontecimentos principais, que orientados em um certo sentido, permitiriam traçar uma “linha mestra” revelando o sentido histórico encoberto pelo “cipoal de incidentes secundários” que constituem o conjunto dos fatos.

O historiador Fernando Novais (2000) em uma análise esclarecedora da obra, ressalta que o seu rigor metodológico reside na relação de pertinência entre a parte e o todo, isto é, em buscar o sentido da colonização na expansão do comércio europeu (recorte lógico) no final do século XVIII e início do século XIX (recorte cronológico) na colônia portuguesa da América (recorte geográfico) exatamente nesta ordem, evitando assim o anacronismo histórico. Novais explica que “o problema do anacronismo é mais grave quando a nação é objeto de estudo” (NOVAIS, 2000: 4:19min), pois as nações se pretendem eternas e ao se instituírem reivindicam para si todos os acontecimentos precedentes. Exemplifica afirmando que o anacronismo na história do Brasil “é reconstituir a colônia como se ela estivesse destinada a ser uma nação” (NOVAIS, 2000: 5:34min). Adverte que o anacronismo típico na história das nações consiste na inversão da ordem dos recortes, pois iniciando pelo recorte geográfico e pelo elenco cronológico de todos os acontecimentos localizados dentro do perímetro atual da nação, o nexos entre os fatos é distorcido. A reconstituição parece resultar em um processo teleológico, que tem como finalidade legitimar aquilo que lhe serviu de pressuposto.

“É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos são senão partes, por si incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja.” (PRADO JUNIOR, 1942, p. 19)

A relação entre a parte e o todo, citada pelo autor e presente nas interpretações de Novais (2000, 2005) e Lapa (1999, IN MOTA, 2004) pode ser apreendida diretamente da forma como a obra foi estruturada. Dividida em três grandes temas precedidos por um capítulo introdutório com menos de 20 páginas intitulado “o sentido da colonização”, este capítulo introdutório possibilita que a particularização realizada pela análise dos temas “Povoamento”, “Vida material” e “Vida social”, seja reintegrada em uma visão geral. O que se repete com os temas apresentados.

As análises sobre o método da história nesta obra nos permite conduzir algumas indagações sobre a história da arquitetura moderna no Brasil à exemplo da obra de Caio Prado Júnior tratada anteriormente. Qual a relação da parte (arquitetura moderna brasileira) com o todo (arquitetura moderna)? Ao tratar da especificidade do caso brasileiro como algo “particular” e “derivado” da experiência de modernização dos países desenvolvidos não estaríamos minimizando a organicidade da formação da modernização arquitetônica no Brasil e portanto deixando de contribuir para a construção de uma narrativa histórica mais abrangente e esclarecedora do que aquela que pode ser escrita pelas interpretações unilaterais dos países centro da produção industrial no século XX?

3. A historiografia da arquitetura moderna no Brasil

Os trabalhos recentes sobre a história da arquitetura moderna brasileira são profícuos, contribuem com um conjunto novo e abrangente de documentos que permitem novas análises mais aprofundadas, e menos simplificadoras do processo “orgânico” que envolveu a constituição da arquitetura moderna no país na conjuntura de expansão da sociedade industrial moderna no século XX. As reflexões que os acompanham permitem em muitos casos vislumbrar uma via de mão dupla entre Europa e América. Alguns temas como, a difusão e recepção da arquitetura moderna brasileira no exterior; as influências e interlocuções da arquitetura moderna realizada no Brasil e as correntes de modernização arquitetônica presentes nas “histórias” consagradas da arquitetura moderna internacional e; principalmente, as “contradições” entre moderno e nacional, são temas que afetam diretamente as indagações aqui propostas. (PESSOA, 2006; CAVALCANTI, 2006)

O problema da “constituição do discurso moderno no Brasil” ou de sua “formação” foi apontado por Martins (1987, p. 1 a 71) em uma reflexão pioneira que analisa os textos, que inauguraram uma seleção de obras representativas da arquitetura brasileira. Martins analisa os textos de Goodwin (1943), Mindlin (1956), Ferraz (1965), Bruand (1981)⁴ e Lemos (1979) procurando compreender a reconstituição que estes autores fizeram do tema.

⁴ A publicação resulta da tradução da tese de doutorado do autor defendida na Sorbonne. As versões em francês localizadas nas Bibliotecas da USP (IEB, FAU) são de 1973.

“Compreender a lógica de montagem da narrativa historiográfica é reconstituir o processo de construção hegemônica de um projeto particular que se converteu em *projeto brasileiro*. Por consequência é importante para evitar o aprisionamento num discurso baseado na aceitação da suposta neutralidade do percurso. Mas igualmente para evitar a negação acrítica desse mesmo percurso.” (MARTINS, 1999 IN GUERRA, 2010 p. 159)

O caminho trilhado por Martins (1987) abordou a reconstituição realizada por estes textos e procurou compreender o sentido em que apontavam. Colocou sob suspeita a construção histórica vinculada ao “olhar estrangeiro” e identificou os lapsos e as ausências das tramas analisadas. O autor revela este “sentido”, que implícito nas obras, consolidou o discurso pelo qual estabeleceram-se os principais julgamentos ideológicos sobre a arquitetura que apresentaram.

“As perguntas que não se faz, os temas que não se propõe ou de que se foge. Assim a ausência do interesse historiográfico nas obras de caráter social – por duvidosa e imprecisa que possa ser essa caracterização- levou à conclusão da falta de compromisso “da arquitetura brasileira” com os fundamentos sociais que presidem a constituição da arquitetura moderna em suas origens européias.” (MARTINS, 1999 IN GUERRA, 2010 p. 158)

O sentido apontado evidencia, por contraste, a “linha mestra” de uma relação que seria mais tarde revelada através de vários exemplos da difusão da arquitetura moderna no país realizada por instituições centralizadas que marcam a modernização urbana em várias regiões brasileiras. Neste caso a questão “nacional” não representa um recorte geográfico realizado *a priori*, mas, explicita a trajetória e o compromisso político de uma classe profissional com um determinado projeto de desenvolvimento.

O argumento inicial revisto e ampliado, foi publicado apenas doze anos depois em espanhol “*há algo de irracional...*” *notas sobre a historiografia da arquitetura brasileira* (revista Block, Buenos Aires, 1999) e ainda mais onze anos depois foi traduzido e publicado na antologia organizada por Guerra (2010). Na versão publicada o texto de Giedion, aparece citado no título do artigo, reforçando logo de início o sentido da construção ideológica delineado pela análise dos trabalhos de Goodwin, Mindlin, Bruand e Lemos. As observações relativas à pujança de nossa arquitetura e ao mesmo tempo o estranhamento acerca da “irracionalidade” registradas pelo primeiro secretário do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) no texto de apresentação do livro de Mindlin *O Brasil e a arquitetura contemporânea* são representam o choque entre as diferentes sociedades na qual o projeto moderno de base industrial assenta-se.

A arquitetura moderna no Brasil, assim como a modernização social e produtiva teve que enfrentar propositivamente a “determinação histórica” do atraso e do subdesenvolvimento. Não se tratava da disputa pela hegemonia do processo produtivo que caracterizou a industrialização européia, mas da criação de condições inteiramente novas para as quais o modelo “universal” de desenvolvimento industrial parecia pouco adequado. O enfrentamento das questões concretas de produção e organização no país foi um imperativo da arquitetura moderna no Brasil, que explicitou mais do que nos países que protagonizaram a industrialização no século XIX, os entraves históricos para

o desenvolvimento “universal” da sociedade industrial. A organização de instituições centralizadas “nacionais” através das quais fosse possível promover o desenvolvimento industrial a partir de um sistema integrado, quando implantadas, mostraram-se decisivas para a modernização social e urbana das várias regiões brasileiras ou na perspectiva econômica, “para a internalização do centro decisão da vida econômica do país”⁵.

As condições históricas concretas e peculiares pelas quais cada um dos países que disputaram a primazia pelo processo industrial definem a sua própria arquitetura moderna foram minimizadas em benefício da construção de um fenômeno homogêneo e internacional. Por outro lado as ações indutoras do Estado brasileiro no contexto da industrialização tardia e o tema do subdesenvolvimento são compreendidos como um “irracionalidade” ou “defeito”, uma falta de compromisso social de nossa arquitetura moderna.

O irracionalismo da arquitetura que cresce como uma planta tropical identificado por Giedion, tema apresentado e desenvolvido por Martins (1987) talvez estivesse nesta aderência às condições históricas concretas do processo de industrialização evidenciada pelo subdesenvolvimento e que colocou um ponto de interrogação na aspiração internacional ou universal da historiografia construída no bojo de certo modelo de desenvolvimento econômico e industrial que teve que ser “reinventado” localmente.

4. Referências

BONDUKI, Nabil **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação liberdade, 1998.

BUFFA, E. e PINTO, G. A. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

CAVALCANTI, Lauro **Moderno e Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 1937, pp.31 a 39.

FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 1937, pp 41 a 44.

FURTADO, Celso **A pré-revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

⁵ A análise de FURTADO, 1962, pp. 109 a 112 sobre o período entre 1930 a 1960, aponta para a transformação de uma economia majoritariamente dependente do mercado externo (antes de 1930) para outra constituída por um mercado interno capaz de integrar as diversas regiões do país e alcançar maior autonomia econômica.

GUERRA, Abilio (org.) **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira** (parte 1 e 2). São Paulo: Romano Guerra, 2010.

LIRA, José **Arquitetura, historiografia e história operativa nos anos de 1960**. In: **VIII Seminário DOCOMOMO Anais em Cd-rom**, Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira **Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso sobre o moderno no Brasil, a obra de Lúcio Costa 1924- 1952**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1987.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. **Construir a escola, construir a cidade, construir o cidadão**. **V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Campinas, 1998.

MINDLIN, Henrique **Arquitetura Moderna no Brasil**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 1999. 1ª. Ed. 1956.

MOTA, Lourenço Dantas (org.) **Introdução ao Brasil, um banquete no trópico**. São Paulo: Senac, 4 ed. 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio **Positividades e Negatividades da herança ibérica: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda**. DVD 427, 50 min IN LAHUERTA Milton Intérpretes do Brasil no século XX. TV Cultura, Espaço cultural CPFL, 2000.

NOVAIS, Fernando A. **Aproximações: ensaios de história e historiografia**. São Paulo: Cossac Naify, 2005.

NOVAIS, Fernando A. e REGO, Rubem M. Leão **Caio Prado Júnior: o sentido da colonização e a revolução brasileira**. DVD 494, 50 min IN LAHUERTA Milton Intérpretes do Brasil no século XX. TV Cultura, Espaço cultural CPFL, 2000.

PESSOA, José, VASCONCELLOS, Eduardo, REIS, Elisabete, LOBO, Maria (org.) **Moderno e Nacional**. Niterói: EdUFF, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 9 reimpressão da 23 ed. 2006. 1ª. Ed. 1942.